



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681881 - SP (2021/0229275-2)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : EDER PEREIRA BAHIA  
**ADVOGADO** : EDER PEREIRA BAHIA - SP287830  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : UARK CARVALHO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de UARK CARVALHO DOS SANTOS, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2129818-39.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, foi denegada a ordem (e-STJ fl. 32).

O impetrante sustenta que a decretação da prisão preventiva ocorreu sem indícios de autoria, além de seu embasamento carecer de fundamentação idônea.

Alega que o paciente tem residência fixa e que não se trata de um criminoso contumaz.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do processo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Colhe-se do acórdão recorrido que o Tribunal de origem manteve a prisão preventiva decretada com base na gravidade concreta do delito, bem como entendeu existirem indícios suficientes da existência do delito e de sua autoria.

É o que se denota do seguinte excerto (e-STJ fls. 34/36):

*"No particular, ao que se infere da leitura das peças encartadas aos autos, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência indicada como sendo do paciente, Gercino Ribeiro dos Santos e de "Janaína", os agentes públicos encontraram a quantia de R\$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais) espalhados pelo chão de um dos cômodos, frascos vazios, a denotar que pessoas abandonaram o imóvel com a chegada policial. Em buscas no local, os policiais civis e guardas civis encontraram 01 (uma) pedra de crack, com o peso líquido de 178,4 gramas, 01 (uma) porção de cocaína, com o peso líquido de 36,9 gramas, 07 (sete) vidros de lança-perfume, 04 (quatro) embalagens de caféina, 173 (cento e setenta e três) eppendorfs de*

cocaína com o peso líquido de 97,8 gramas, balança de precisão e uma carteira de identidade em nome do paciente (cf. auto de apreensão de fls. 07/10, e laudo de exame químico toxicológico de fls. 152/155, ambos dos autos originais).

[...]

Mas não custa registrar, todavia, que as circunstâncias da diligência, bem como a quantidade de narcótico, dinheiro e petrechos apreendidos apontam, com as reservas do instante processual, a prática da mercancia proscrita, e dela derivam as consequências penais que lhe são próprias.

Em outras letras, presente prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, tem-se a base para a custódia cautelar, concebida ainda a natureza da imputação, como as penas a ela correspondente, de modo que se entenda passível da medida questionada.

Bem assim, qualquer outro exame que vá além da constatação da ilegalidade, ou seja, que se projete na avaliação das provas, ainda que de forma superficial, mas valorativa, extrapassa aos propósitos do presente.

[...]

E isso, no geral, foi bem aquilatado na origem: o magistrado, após discorrer brevemente acerca das provas já coligidas aos autos, considerou haver indícios suficientes acerca da existência do delito e de sua autoria para a decretação da segregação cautelar do paciente, como forma de garantir a ordem pública.

Nesse ponto, merece relevo trecho da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (fls. 20/23): “(...) O crime imputado a UARK CARVALHODOS SANTOS é doloso e punido, em abstrato, com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, o que, por si só, já revela a gravidade do crime(...). Observa-se no caso concreto, a expressiva quantidade e variedade da(s) droga(s) apreendida(s), tratando-se de 173 microtubos de cocaína e 1 pedra de crack, de alto poder vulnerante, recomendando a prisão cautelar do indiciado, porque há evidente risco à incolumidade pública e para garantia da ordem pública, porque as circunstâncias indicam a possibilidade do atingimento de um número substancial de pessoas. Destaca-se ainda que foi encontrado na residência substâncias químicas líquidas, quatro embalagens de substância em pó, frascos de vidros, balança de precisão, a indicar que o denunciado utilizava o local para preparação das drogas, e seu envolvimento com traficância que exercida naquela região. Ademais o denunciado não foi localizado. Sua postura visa, evidentemente, frustrar a aplicação da lei penal. Na espécie, aliás, nota-se que, inobstante o trabalho da autoridade policial, o denunciado não foi localizado

*para ser ouvido, havendo indícios de que a residência foi abandonada às pressas, revelando, de um lado, que fugiu para evitar a sua responsabilização criminal, de outro, a atualidade do pedido. impondo-se, também por esse motivo, a prisão preventiva, não se vislumbrando, por ora, eficácia de qualquer outra medida cautelar. Assim, presentes os pressupostos para a decretação da prisão preventiva. A custódia cautelar, no mais, tem por finalidade resguardar a ordem pública, impedindo que fatos análogos voltem a ocorrer. (...). Por outro lado, o fato ocorreu em uma comunidade assolada por crimes desse jaez, sendo que a liberdade imediata de UARK CARVALHO DOSSANTOS soaria como impunidade latente aos ouvidos da população, provocando abalo e descrédito ao Poder Judiciário. Por fim, analisadas a gravidade do crime, as circunstâncias do fato e as condições pessoais de UARK CARVALHO DOS SANTOS, mostra-se insuficiente a substituição da prisão provisória por outra medida cautelar. Do exposto, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de UARK CARVALHO DOS SANTOS, pois presentes os requisitos dos artigos 312 e 313 do referido Diploma Legal e inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão, pelas razões supracitadas. Expeça-se de pronto o mandado de prisão preventiva em desfavor de UARK CARVALHO DOS SANTOS e comunique-se ao CNJ, providenciando a serventia o disposto no artigo 289-A, caput, do Código de Processo Penal.(...)”.*

*[...]*

*Tampouco serve ao deferimento da pretensão deduzida, a invocação que se faz ao princípio constitucional da presunção de inocência, que não conflita com a viabilidade da prisão cautelar. Tampouco serve ao deferimento da pretensão deduzida, a invocação que se faz ao princípio constitucional da presunção de inocência, que não conflita com a viabilidade da prisão cautelar.*

*Destaca-se ainda que, inversamente ao alardeado, nada obstante não tenha sido surpreendido na posse de significativa quantidade de entorpecentes, o paciente, ao que parece, ostenta maus antecedentes (cf. FAs. de fls. 113/118 e 126/131, e certidão de fls. 132/134), o que torna bastante duvidosa a aplicação, ao final, do redutor previsto na Lei de Drogas, tudo recomendando, então, a preservação, por ora, da medida hostilizada.”*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência